

SEM DESCULPAS PARA A ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO EM 2019/2020

Com o concurso nacional de acesso ao Ensino Superior do ano letivo 2019/2020 a iniciar no próximo dia 17 julho, é necessário refletir sobre a preparação do sistema de ação social nacional. Conforme é sabido, as Associações de Académicas e de Estudantes são dos primeiros interlocutores entre o universo do Ensino Superior e os novos Estudantes. Neste sentido, entende-se que é essencial o Movimento Associativo Nacional e a Direção Geral do Ensino Superior trabalharem em conjunto para que se consiga fixar o máximo de Estudantes em cada Instituição de Ensino Superior.

No ano letivo transato, existiram vários problemas com as alterações efetuadas na plataforma de candidatura às Bolsas de Ação Social para Estudantes do Ensino Superior. A adoção de um sistema de interoperabilidade entre a plataforma BeOn e os serviços das Finanças foi uma medida de simplificação do processo de candidatura que teve efeito contrário, retardando o processamento da informação, a sua análise e, por consequência, a sua atribuição. Este “teste” fez com que em dezembro de 2018 ainda existissem estudantes a aguardar uma resposta relativamente à sua candidatura.

Entendendo este mecanismo de Ação Social direta como uma das principais ferramentas para fazer cumprir o “princípio da não exclusão, entendido como o direito que assiste a cada estudante de não ser excluído, por carências económicas”, urge a necessidade de preparar o acesso ao Ensino Superior para que neste ano letivo não se verifique o sucedido em anos anteriores.

As Federações e Associações Académicas e de Estudantes, reunidas no Encontro Nacional de Direções Associativas, no Porto, nos dias 15 e 16 de

junho, vem por este meio solicitar uma reunião entre o Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, com presença do Senhor Diretor Geral do Ensino Superior, e as Estruturas Académicas do país, entendendo que este ano não haverá espaço para erros do passado, onde estudantes do Ensino Superior foram impossibilitados de frequentar o Ensino Superior, por carência económica mas acima de tudo, por falhas recorrentes no nosso sistema de ação social direta.

Endereçado a: Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; Diretor Geral do Ensino Superior.

Proponente: FNAEESP